Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal: a democracia que prosperou no poder e deixou a prosperidade à espera do povo

Publicado em 2026-11-17 15:43:00



Fragmentos do Caos · Crónica

Portugal: a democracia que prosperou no poder e deixou a prosperidade à espera do povo

Francisco António dos Santos Gonçalves · Com colaboração editorial de ChatGPT | 29 de outubro de 2026

ser uma conquista tão difícil.

A aritmética da sobrevivência

O estudo Portugal Fiscal, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, divulgado em outubro de 2026, apresenta uma realidade que nenhuma campanha de propaganda consegue disfarçar: em 2024, metade dos agregados fiscais declarou até 15.435 euros brutos anuais. Não são 50% das pessoas com menos de 15 mil euros líquidos; são agregados fiscais, e o indicador é rendimento bruto declarado. A precisão não enfraquece a denúncia: torna-a mais séria. São cerca de 1.102 euros por mês, se divididos por catorze prestações. Para muitas famílias, a diferença entre viver e sobreviver cabe no preço de uma renda, numa conta de eletricidade ou numa ida ao supermercado.

Uma economia que cresce sem libertar

Há progresso económico que importa reconhecer: emprego, investimento e redução do peso da dívida pública. A OCDE e a Comissão Europeia assinalam-no. Mas crescimento do produto e bem-estar não são sinónimos. A própria Comissão Europeia reconhece produtividade e

A estatística sobe de elevador; a vida quotidiana, muitas vezes, sobe pelas escadas — quando não encontra a porta fechada.



Os trabalhadores não são o alvo

Não se trata de colocar funcionários públicos contra trabalhadores privados. Os primeiros não são culpados pelas escolhas dos governos, nem os seus direitos são a causa automática da precariedade alheia. A questão é por que motivo o sistema político não conseguiu alargar a segurança económica e a dignidade material ao conjunto da sociedade. Nivelar por baixo seria a mais pobre das reformas; elevar a qualidade do trabalho e dos serviços seria a mais necessária.

educação, justiça e regras de funcionamento da economia. Não controlam todos os salários nem podem decretar produtividade por despacho. Mas respondem pelas políticas, pelos incentivos, pelos entraves burocráticos e pela capacidade de avaliar resultados. A responsabilidade é partilhada com empresas, instituições e parceiros sociais; a responsabilidade de governar, essa, não pode desaparecer num nevoeiro de comunicados.

O imposto sobre uma prosperidade ausente

O mesmo estudo indica que cerca de 45% dos agregados fiscais não tiveram IRS liquidado em 2024. Isto não prova que estejam isentos de todos os impostos: o IVA e outros tributos continuam a pesar no consumo. Também não autoriza concluir que todos vivem em pobreza estatística. Mostra, porém, a estreiteza da base de rendimentos. Os autores alertam ainda que a progressividade aparente do IRS é parcialmente distorcida pela ausência, nas declarações habituais, de certos rendimentos de capital sujeitos a taxas liberatórias. Quando o debate fiscal ignora o modo como a riqueza é realmente distribuída, a justiça transforma-se num exercício de contabilidade incompleta.

Mede-se pela capacidade de garantir direitos, corrigir falhas e prestar contas. Não basta inaugurar programas, anunciar fundos europeus e proclamar reformas: é necessário mostrar quanto custaram, quem beneficiou, que resultados produziram e que erros foram corrigidos. Um poder que celebra cada anúncio como vitória corre o risco de transformar o cidadão em figurante de uma conferência de imprensa.

Prosperidade é liberdade concreta

A liberdade política é indispensável; a autonomia económica torna-a exercível. Quem teme perder a casa, adiar um tratamento ou ficar sem rendimento por causa de um despedimento tem uma margem de escolha mais estreita. A resposta não é prometer abundância instantânea. É exigir melhores qualificações, empresas capazes de criar mais valor, concorrência efetiva, justiça célere, habitação acessível, salários sustentáveis e serviços públicos competentes. A democracia merece ser defendida precisamente porque deve permitir estas correções.

prosperidade continua tão limitada para tantos agregados. Não precisamos de procurar culpados entre os trabalhadores. Precisamos de exigir resultados a quem decide. Porque uma democracia que pede paciência indefinidamente acaba por confundir a esperança dos cidadãos com uma autorização permanente para falhar.

Nota editorial

Esta crónica é um texto de opinião. O indicador de 15.435 euros refere-se à mediana do rendimento bruto anual declarado por agregado fiscal em 2024, não ao rendimento individual nem à taxa oficial de pobreza. O valor de 45% diz respeito a agregados sem IRS liquidado, não a cidadãos que não pagam impostos. A crítica dirige-se às decisões políticas e aos resultados estruturais, não aos trabalhadores da Administração Pública. As interpretações e juízos políticos são da responsabilidade editorial dos autores.

Fontes e referências

1. Fundação Francisco Manuel dos Santos — estudo Portugal Fiscal (cobertura ECO, 28/10/2026)
2. OCDE — Economic Surveys: Portugal 2026
3. Comissão Europeia — Country Report Portugal 2026

Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.